

Publicações oficiais brasileiras: um tema a ser estudado

JURACY FEITOSA ROCHA

Diretora
Coordenação de Biblioteca do Centro
de Documentação e Informação da
Câmara dos Deputados
Brasília, DF

As publicações oficiais brasileiras, que “nascem e morrem quase desconhecidas do grande público”, devem constituir tema de maior interesse para o Governo e os bibliotecários. Essas publicações encontram-se referenciadas apenas esporadicamente na bibliografia nacional e em reduzido número de catálogos de entidades oficiais, apesar de sua importância para a pesquisa sobre as atividades governamentais. Apresenta-se um retrospecto das atividades do Governo e um relato da posição da Coordenação de Biblioteca do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados em face do controle bibliográfico dessas publicações. São apresentadas sugestões para um estudo global do assunto a ser feito durante o 8.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, a se realizar em Brasília, em 1975.

Introdução

“Publicações oficiais, essas desconhecidas”, assim se expressava Gilberto Freyre (18) em 1951, em crônica sobre essas tão ignoradas publicações.

A experiência do autor e organizador de publicações cujas primeiras edições foram oficiais, e “desapareceram sem que o público pudesse tomar contato com elas”, vem reavivar o problema do livro oficial, então considerado como se não existisse porque não era encontrado: “Esse é o destino melancólico de quase

toda publicação oficial entre nós (difícil de ser vista ou adquirida): nasce e morre quase desconhecida do grande público. Quando aparece em livrarias é entre livros raros e por um preço de luxo [...]. Os livros oficiais dão lucro ao negociante que os compra ou adquire, quando aparecem, para vendê-los anos depois como 'obras raras', [...] Incumbe aos responsáveis pela divulgação de publicações oficiais defendê-las, melhor do que as defendem hoje, dos seus inimigos. Daqueles que as tornam belas adormecidas em bosques que somente eles, negociantes astutos, conhecem e de onde só eles operam o milagre de ressurreições vantajosas para seu comércio" (18).

Recorrendo à resposta do Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas ao inquérito promovido pelo Instituto Internacional de Ciências Administrativas sobre o tratamento das publicações oficiais em diferentes países, vemos que, decorridos mais de dez anos, continuam atuais suas observações: "não existe, no Brasil, uma biblioteca que cuide especialmente das publicações oficiais brasileiras de maneira integral e que esteja habilitada a informar, com precisão e rapidez, sobre as publicações oficiais em todos os setores do conhecimento publicadas ou pelo governo federal ou governos estaduais" (22).

Ainda nesse trabalho encontramos exposição sobre as bibliotecas e órgãos oficiais que então cuidavam do assunto. Alinham-se a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com sua Seção de Publicações Oficiais, o Departamento de Imprensa Nacional com sua **Mostra de Livros**, o DASP, com seu **Catálogo de Publicações**.

Confirmando o acima exposto, em relatório solicitado pelo **Handbook of Latin American Studies**, em 1961, Edson Nery da Fonseca, traçando o **Panorama da Bibliografia Brasileira Corrente**, informa que: "Não existe, infelizmente, um registro de todos os livros publicados por repartições do Governo. Os produzidos pelo Departamento de Imprensa Nacional são registrados nos catálogos das exposições anuais realizadas pelo mesmo Departamento. Em 1958, o Departamento Administrativo do Serviço Público teve a feliz iniciativa de publicar um catálogo completo de suas edições do qual já apareceu o primeiro suplemento" (16).

São um brado de alerta as palavras de Rubens Borba de Moraes no que diz respeito às publicações oficiais. Diz ele em sua crítica à obra de Renato Berbert de Castro — **A Primeira Imprensa da Bahia e suas Publicações — Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811-1819** — publicada pelo Departamento da Educação Superior e Cultural do Estado da Bahia, em 1971: "não deixe mais que uma

obra dessa importância e que interessa a um grande público seja publicada por uma repartição e não seja posta à venda nas livrarias do país. **Torna-se publicação clandestina como quase tudo que imprimem os governos estaduais e municipais e muitas universidades. Conseguir esses impressos é mais difícil do que comprar um incunábulo raro ou um folheto de Silva Serva**" (o grifo é nosso) (25).

Vê-se que não estava só o eminente professor Barbosa Lima Sobrinho, quando se escusava, referindo-se às **Edições Universitárias**: "A injustiça das omissões se explica pela dificuldade de obter notícias. Mesmo porque as edições custam a aparecer no mercado distribuidor" (1).

Que dizer dos catálogos e mesmo das publicações oficiais? A administração federal vem, recentemente, valorizando as suas publicações.

No retrospecto, a seguir, veremos as tentativas do Governo em torno desse problema e sua situação atual.

Bibliografia corrente e catálogos de publicações oficiais

1808-1831 — "A primeira tentativa de bibliografia nacional brasileira foi levada a efeito em 1881 por Alfredo do Vale Cabral, com os **Anais da Imprensa Nacional** (9) onde o autor fez a descrição bibliográfica das obras publicadas pelo Departamento de Imprensa Nacional de 1808 a 1831". Essa observação de José Honório Rodrigues vem lembrada através da palavra de Edson Nery da Fonseca (15). Tivemos, então, pela primeira vez, o registro das publicações oficiais.

Durante um longo período de quase 110 anos, as nossas bibliografias nacionais correntes e especializadas registraram indistintamente as publicações oficiais, sem o propósito de identificá-las como tais. Registraram-se pelo seu valor intrínseco e, muito provavelmente, pela oportunidade de seu recebimento.

1847 — O depósito legal que viria a ser instituído no Brasil pelo Decreto-legislativo nº 433 de 3-7-1847, regulamentado pelo Decreto nº 1.283, de 26-11-1853 posteriormente substituído pelo Decreto nº 1.825 de 20-12-1907, incumbiria a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro de divulgar o **Boletim Bibliográfico**, que nas suas primeiras fases não cuidou de localizar as publicações oficiais.

De algum modo a Convenção de Bruxelas forçou a elaboração de uma bibliografia de publicações oficiais, pois cuidava de documentos oficiais, parlamentares e administrativos das obras executadas por ordem e às expensas do Governo e determinava (arts. 2º e 3º do Decreto nº 10.188, de 17-2-1889) que os governos imprimissem a

lista de publicações disponíveis que seria completada anualmente. Parece que esta foi a segunda tentativa de uma bibliografia das publicações oficiais brasileiras.

Atendendo ao que dispunha essa Convenção, foi criada na Biblioteca Nacional uma Seção de Permutas Internacionais (Decreto nº 197, de 1-2-1890), e, ainda, em harmonia com essa Convenção, o Brasil assinou convênios com vários países, complementando o movimento.

O Brasil e o Uruguai, conjugando interesses, assinaram acordo para permuta de publicações oficiais e de todas que fossem editadas com o auxílio do Governo. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Biblioteca do Itamarati, em contrapartida com a Biblioteca Nacional de Montevideú e a Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, encarregaram-se de cumprir o acordo (Decreto nº 1.846, de 3-8-1937).

O exemplo frutificou. Na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz (1936) foi firmada a convenção sobre intercâmbio de publicações, consubstanciando a idéia inicial e envolvendo a América. O Brasil promulgou essa convenção em setembro de 1938 (Decreto nº 3.088, de 21-9-1938).

1940 — Em 1940, o Governo Federal, para controlar as publicações oficiais, incorporou as oficinas e serviços gráficos federais à Imprensa Nacional (Decreto nº 2.130, de 12-4-1940).

O Boletim Bibliográfico da Imprensa Nacional, órgão instituído pelo Decreto nº 19.883, de 25-10-1945, deveria registrar “o aparecimento de todas as publicações oficiais custeadas pela administração federal”. Naquela época de exceção constitucional, quando o Governo Federal havia incorporado todas as oficinas e serviços gráficos à Imprensa Nacional, talvez tivesse sido exeqüível a idéia de editar um boletim bibliográfico que abrangesse todas as publicações oficiais, mas esse Boletim não foi publicado.

1941 — O que restou realmente daquele período foi a **Mostra de Livros** (1941), do Departamento de Imprensa Nacional, que, comemorando o seu 134º aniversário, iniciou uma bibliografia corrente das publicações oficiais brasileiras impressas em suas oficinas, a qual vem sendo editada regularmente.

Mais tarde, pelo Decreto nº 84.679, de 18-1-1956, foi criada na Biblioteca Nacional a Seção de Publicações Oficiais que, entre outras atribuições, deveria “manter organizado o acervo de publicações oficiais nacionais e estrangeiras”. Posteriormente esse campo de

ação foi restringido às referentes à administração, legislação e jurisprudência (22).

O Governo tentava desse modo preservar o acervo de suas publicações, mas desse período não se registra nenhum repertório nacional desses documentos, além do acima citado.

1954 — O **Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional** durante quase 10 anos (1954/1963) assinalou com asteriscos as publicações oficiais na lista de publicações periódicas, que aparece nos volumes correspondentes ao 2º semestre.

Esse **Boletim**, entretanto, no ano de 1964, já não identificou mais as publicações governamentais e os catálogos do Departamento de Imprensa Nacional (DIN) são apenas uma mostra do que nele se publica, pois as gráficas dos órgãos governamentais, não integradas ao DIN, estão aí produzindo a mancheias. De passagem fica registrado o movimento do Centro Gráfico do Senado Federal, que no Distrito Federal imprime aproximadamente 1 500 títulos por ano.

1966 — Excetuados alguns catálogos de editores oficiais, a bibliografia nacional continuava a descoberto.

Em 1966, por sugestão da então Biblioteca da Câmara dos Deputados, o Deputado José Bonifácio, como relator da Mesa, apresentou o Projeto de Lei nº 3.746, em que se previa no § 2º, do art. 4º: “No **Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Câmara dos Deputados** serão referenciadas, **exclusivamente**, as obras impressas sob a responsabilidade dos governos da União, dos Estados e dos Territórios Federais, autarquias, entidades paraestatais, sociedades de economia mista e fundações”.

Infelizmente, este projeto não resultou em lei. A Câmara dos Deputados voltou a preocupar-se com o assunto, dotando a biblioteca, em sua última reforma administrativa, de uma seção que tem por atribuição: “preparar a lista mensal de publicações oficiais [...] para divulgação” (Resolução da CD 20/71, art. 214, item VII).

1970 — Nestes últimos 3 anos a administração pública parece ter despertado para o valor da documentação governamental. Muito recentemente, o Ministro Jarbas Passarinho, numa tentativa de racionalizar e sistematizar as publicações do Ministério da Educação e Cultura, que atingiam quase uma centena, aprovou a execução de programa editorial reduzindo o número das mesmas. (Portaria do MEC nº 31.BSB, de 21 de janeiro de 1971).

A tomada de posição vem se manifestando em outros setores. O Ministro do Interior, pela Portaria nº 01106, de 19 de setembro de

1972, criou o Sistema de Informações para Planejamento, Controle e Coordenação, Projeto SIPLAN, experiência pioneira que vem demonstrar o interesse presente do Governo. Entre as funções desse projeto está a produção do “catálogo coletivo do MINTER e dos catálogos de cada entidade participante do SIPLAN”. É colaboração efetiva para a organização do acervo bibliográfico brasileiro, sobretudo quando é prevista sua participação junto ao Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT).

No Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (MINIPLAN), também se esboça a preocupação pelo controle de seus documentos, sobretudo pelo controle geral das publicações oficiais. O subsídio apresentado por Flávia Rubens Acióli Prado (27) para um Código Nacional de Publicações Oficiais (CNPO), inspirado no Standard Book Number (SBN), poderá ser aproveitado como idéia. Por ocasião da reforma da lei de depósito legal poder-se-ia conjugar o CNPO com o dispositivo legal que torna obrigatório, por parte dos editores, o depósito dessas publicações.

Pela Portaria nº 67, de 30 de agosto de 1973, instituiu-se no MINIPLAN o Centro de Informação do Desenvolvimento Brasileiro — CIBRAS — cujo “objetivo é disseminar informações sobre os diversos aspectos do desenvolvimento brasileiro, relativamente a políticas estratégicas, instrumentos de implementação e indicadores de desempenho, além daquelas necessárias à integração de esforços dos órgãos e entidades governamentais e da iniciativa privada”.

Cumprir-se, desse modo, mais uma etapa no sentido de se controlar e difundir os documentos governamentais. Assim é que a organização do CIBRAS prevê que as “unidades e entidades do MINIPLAN fornecerão ao CIBRAS os dados e informações constantes do programa, e que o Ministério estabelecerá convênios com órgãos e entidades governamentais visando ao intercâmbio e à disseminação das informações”.

Vale ressaltar que as edições do Instituto Nacional do Livro (INL) constituem um capítulo à parte, e muito mais bem equacionado. Sua direção, através de convênios, vem alcançando seu objetivo.

É louvável a iniciativa de alguns órgãos oficiais que têm catálogos de suas publicações, como é o caso do próprio INL (23). Entretanto, é um esforço isolado que num futuro próximo deverá juntar-se a um movimento nacional.

Assim, vemos que o panorama da produção documental do governo não vem espelhada em nenhuma bibliografia nacional, encontrando-se tão-somente catálogos de um número reduzido de entidades que constituem apenas uma amostragem do todo.

De passagem fica registrado o trabalho da bibliotecária norte-americana, Mary Lombardi (24), que, subvencionada pela Fundação Ford, fez um levantamento das publicações periódicas brasileiras editadas sob os auspícios do Governo. Serviria como ponto de partida para um estudo desse gênero, já que nesta data estaria desatualizado.

As publicações oficiais como documentos de pesquisa

As publicações oficiais, relato vivo das realizações e planos do Governo, constituem acervo valioso para os estudiosos das mutações histórico-sócio-econômicas e administrativas entre as muitas variáveis que oferece a vida nacional. São, de um modo geral, a única fonte acessível impressa para pesquisa das atividades governamentais. Entretanto, o pesquisador encontra barreiras gigantescas aos seus propósitos quando se destina a estudar documentos governamentais.

Uma bibliografia nacional corrente desses documentos viria sobremaneira facilitar a pesquisa da vida nacional, que freqüentemente é objeto de investigação por parte dos cientistas, para os relatos dos processos brasileiros de evolução e desenvolvimento. Ressalta Edson Nery da Fonseca: "A importância da bibliografia nacional corrente é evidente: referenciando a produção bibliográfica de uma nação, ela se constitui num registro da própria cultura nacional, já que tudo no mundo existe, como observou Mallarmé, para acabar em livro. Não exagera, portanto, Fidelino de Figueiredo, quando escreve que o atraso e o desleixo na inventariação bibliográfica 'são sintomas de anarquia e descontinuidade na elaboração do saber' (14).

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabelece as diretrizes da reforma do ensino, revolucionou os métodos didáticos até então utilizados, colocando o aluno na vanguarda das pesquisas, persuadindo-o a investigações na literatura específica. E é a biblioteca o suporte ideal para a sua perquirição; mas, sobretudo, biblioteca documentada e atualizada que responda às indagações mais variadas.

A atuação do Governo é alvo dos mais atraentes para grande número de estudantes. Economia, Direito, Administração, Política, Educação, é difícil encontrar ramo do conhecimento humano que fuja às atividades imediatas do Governo, ou melhor, quase todos sentem a abordagem da atuação governamental com reflexos incisivos na sua documentação. Vemos que há um descompasso entre as novas técnicas de ensino, que exigem o máximo de pesquisa, e o tratamento do documento oficial. Como serão respondidas, por exemplo, enquetes como as seguintes, relativas à atuação do Governo: Obser-

vações sobre os planos de desenvolvimento do Governo; A política salarial do Governo; Comparações sobre a reforma do ensino; Confronto entre a exportação brasileira de produtos manufaturados e a importação de matéria-prima?

A começar pela dificuldade que apresentam os Diários Oficiais, que não têm índices e, por conseguinte, não constituem absolutamente fonte para pesquisas, vamos encontrar os relatórios, planos e programas dos inúmeros organismos ou grupos que se incumbem das mais variadas atividades governamentais, cuja informação se perde no tempo e, pode-se afirmar com pouca margem de erro, também nas bibliotecas.

Raríssimas bibliotecas brasileiras teriam coleções completas ou semicompletas de publicações oficiais. Um exemplo bem claro disso é o **Anuário Estatístico do Brasil**, a mais completa fonte oficial de estatística, tão procurada pelos pesquisadores e cuja coleção completa dificilmente é encontrada. Pode-se presumir a enorme lacuna quanto a outros documentos governamentais cujas características não permitem o controle simples como o de um anuário.

É penoso o percurso do estudioso que, na falta da bibliografia orientadora, começa sua pesquisa pelos jornais e revistas em busca do roteiro das flutuações da conjuntura nacional, onde de maneira incompleta estão representados por artigos, editoriais, notícias, etc. os informes desejados. Se o pesquisador pudesse valer-se de imediato da documentação oficial — e não encontrasse o vácuo de informações sobre os documentos oficiais — teria esse trabalho difícil e laborioso como etapa final e não inicial da pesquisa.

A imprensa diária, ora como reflexo das atividades do Governo, ora como o crivo crítico dos observadores da política, constitui simplesmente complemento para uma análise mais viva das fontes oficiais, em que se pautе o pesquisador para fundamentar suas observações.

Não é somente o pesquisador que se ressentе da falta das publicações oficiais. Aí está a Câmara dos Deputados, ou melhor, o Congresso Nacional; aí estão os bancos de dados (19, 21), florescentes na inevitável expansão econômico-social, e muitos outros centros de documentação que conhecem a dificuldade de se obter a matéria-prima infalível para um sistema de informação atualizado e cujos serviços sejam de real utilidade.

Como acompanhar o desenvolvimento do País sem o atestado dos documentos oficiais? A documentação administrativa é instrumento de real utilidade para administradores, políticos, economistas e outros

especialistas em ciências sociais, que, antes de qualquer tentativa no delineamento de nova política, não-de saber até que ponto o objetivo foi alcançado, não-de conhecer os métodos adotados para o aperfeiçoamento dos resultados precedentes.

Fato interessante a relatar é o ocorrido há aproximadamente dois anos quando a Counterintelligence Analysis Division do Exército Americano recebeu ordens para destruir os registros sobre os civis, dada a grande controvérsia sobre se o Exército teria ou não o direito de investigar as atividades políticas dos mesmos. Grande impasse surgia, entretanto, de vez que esses documentos estavam em rolos de microfílm intercalados com os documentos dos militares, os quais a Counterintelligence Analysis Division tinha interesse em manter. Solução brilhante foi determinada pelo Conselho Superior do Exército, mandando destruir somente os índices dos mesmos. Para todos os fins e intentos aqueles registros foram legalmente destruídos.

Citando este fato, descrito por James B. Adler, editor do **Congressional Information Service**, quero completá-lo com suas palavras: "Meu ponto de vista, obviamente, é que informação sem indexação, dificilmente pode ser considerada informação" (20).

E as publicações oficiais que, mesmo sem nos iludirmos com a idéia de sua indexação, não merecem nenhum registro de âmbito nacional e muito raramente são relacionadas pelos seus próprios editores?

O programa da Coordenação de Biblioteca do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados

Para dar cumprimento às suas finalidades, nos termos da reforma administrativa, a Coordenação de Biblioteca da Câmara dos Deputados estruturou o seguinte esquema de programa de trabalho:

1. Objetivo: Editores oficiais.

1.1. Meta: Diagnóstico da situação dos editores oficiais da administração federal, centralizada e descentralizada.

1.2. Instrumento:

1.2.1. Colaboração dos serviços de documentação oficiais e repartições públicas que operam como editores.

1.2.2. Registros realizados pelo Departamento de Imprensa Nacional, Centro Gráfico do Senado Federal e pelas gráficas subordinadas diretamente a repartições do governo.

2. Objetivo: Catálogos e listas de publicações oficiais.

2.1. Meta: Pesquisa sobre catálogos atuais e anteriores a este projeto.

2.2. Instrumento: Visitas aos serviços de documentação e repartições editoras. Questionário.

3. Objetivo: Coleções bibliográficas. Permuta.

3.1. Meta: Formação de coleções bibliográficas esquematizadas por suas áreas administrativas.

3.2. Instrumento: Inter-relacionamento das unidades informativas, integrando-as num sistema de cooperação dos serviços de documentação ou editores oficiais não integrados aos serviços de documentação, e a Coordenação de Biblioteca do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI), com o objetivo de permuta das novas edições pela divulgação da bibliografia resultante.

4. Objetivo: Divulgação.

4.1. Meta: Compilação de bibliografia corrente, em seções referentes a cada área administrativa.

4.1.2. Estabelecimento do fluxo de informações sobre publicações oficiais entre a Coordenação de Biblioteca e os órgãos editoriais.

4.2. Instrumento: Programa da Seção de Informática do Centro de Documentação e Informação e colaboração da Coordenação de Publicações, ambas do CEDI.

5. Objetivo: Publicações oficiais estaduais e municipais.

5.1. Meta: Editores oficiais, catálogos, coleções bibliográficas, divulgação e permuta.

5.2. Instrumento: Convênio com órgãos estaduais e/ou municipais para execução de plano idêntico ao desenvolvido no âmbito federal.

Conclusão

Num chamamento aos bibliotecários e documentalistas de todo o País para que leguem ao Governo sua experiência, críticas e proposições que possam sanar essa calamitosa situação nacional, o 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação aprovou a inclusão das Publicações Oficiais Brasileiras como um dos temas para discussão no 8º CBBB, a realizar-se em Brasília, em 1975.

O Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica, que se propõe, através dos centros de processamento de dados a ele ligados, permitir aos estudiosos e pesquisadores brasileiros o acesso a obras e documentos, colocando à sua disposição toda a informação científica e tecnológica neles existentes, será o maior beneficiário.

São tantos os aspectos que envolvem o problema que as sugestões alinhadas a seguir são apenas um convite ao estudo do assunto, como tópicos para apresentação de trabalhos ao 8º CBBB.

1. Características bibliográficas, tipográficas e de conteúdo das publicações oficiais.
2. Os editores oficiais brasileiros. As imprensas oficiais federais, estaduais e municipais. A atuação do Departamento de Imprensa Nacional e dos Departamentos Estaduais de Imprensa.
3. As impressoras pertencentes a órgãos governamentais e/ou editores comerciais que imprimem publicações oficiais.
4. As publicações oficiais dentro do orçamento nacional. Verbas orçamentárias utilizadas para impressão e distribuição.
5. Catalogação simplificada das publicações oficiais.
6. Controle da produção documental oficial. Catálogos e bibliografias. Panorama da bibliografia oficial corrente e de outras fontes bibliográficas.
7. Arranjo em coleções especiais, integração à coleção geral ou sistema misto.
8. Aquisição (compra, doação e permuta). Distribuição e estoques em reserva. Órgãos governamentais que adotam o sistema de venda e/ou doação. Critérios: assinatura, número de exemplares, listas de bibliotecas que recebem as publicações. Bibliotecas que adotam o intercâmbio. Sugestões para um sistema regular. Intercâmbio internacional.
9. Indexação das publicações oficiais.
10. A legislação sobre as publicações oficiais.
11. Diários Oficiais. Atos obrigatoriamente publicados em órgãos do governo. Fontes específicas para atos do governo, da administração centralizada e descentralizada. Valor legal do documento e a publicação oficial.
12. Publicações oficiais em forma não bibliográfica.
13. As publicações oficiais periódicas e seriadas (revistas, relatórios, anuários, mensagens, orçamentos, etc.).
14. Padronização das publicações oficiais.
15. Pesquisa legislativa: sua técnica quanto ao uso dos documentos oficiais.
16. Publicidade das publicações oficiais. Métodos empregados: anúncios na imprensa, rádio, em outras publicações do governo, listas, divulgação nos Diários Oficiais de âmbito federal e estadual.

17. O SNICT e as publicações oficiais.
18. A política das co-edições. O Instituto Nacional do Livro.
19. O livro didático e técnico. As edições universitárias.
20. Catalogação na fonte das publicações oficiais.
21. Sistemas de classificação de documentos oficiais.
22. Depósito legal: sua fiscalização e outros aspectos.
23. Arquivos impressos. Controle da produção documental.
24. Pesquisa legislativa: fontes oficiais.
25. A filosofia da comunicação nas publicações oficiais brasileiras.
26. As publicações oficiais: sua finalidade no alcance do bem comum.
27. Fontes gerais de indexação dos Diários Oficiais.
28. Os Diários Oficiais: análise de conteúdo.
29. As publicações oficiais brasileiras nas bibliotecas e bibliografias estrangeiras.
30. Os periódicos reservados na Administração Pública.
31. As publicações dos Parlamentos: um estudo comparativo.

Abstract

Brazilian government publications: a subject to be studied

Brazilian government publications, which "come to light and disappear almost unknown to the public in general", must be a topic of great interest for Brazil's government and librarians. These publications are scarcely referred in the national bibliography, as well as in a few catalogues of official entities, despite its great importance for the research about government activities. Review of the past government attempts to solve the matter and report on the position of the Library Division of the Documentation and Information Center of the Chamber of Deputies are presented. Suggestions of topics are made to an integrated study on the subject which will take place during the 8th Brazilian Congress on Library Science and Documentation, to be held in Brasília in 1975.

REFERÊNCIAS

1. BARBOSA LIMA SOBRINHO, José Alexandre. Edições universitárias. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29/30 ago. 1971, 1º cad., p. 6.
2. BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, 1918 1918—. No período de 1954-1963, assinada, com asterisco, as publicações oficiais na lista de periódicos dos volumes correspondentes ao 2º semestre.
3. BRASIL. DASP. **Catálogo de publicações do DASP, seguido de uma lista de títulos de obras editadas pelo DASP de 1938 a 1946**. Rio de Janeiro, 1947. 82 p.
 ——— Atualizado até 30-4-1954. Rio de Janeiro, 1954.
 ——— Atualizado até 31-7-1956. Rio de Janeiro, 1958. 153 p.

4. ———. **Obras publicadas no período de 1-8-56 a 30-11-57.** Rio de Janeiro, 1958. 24 p.
5. ———. **Lista de publicações disponíveis.** Brasília, CENDOC, 1971—.
6. BRASIL, Departamento de Imprensa Nacional. **1ª mostra de livros; comemoração do 134º aniversário da fundação da Imprensa Nacional.** Rio de Janeiro, 1947—.
7. ———. **150 anos de tipografia oficial; seleção de cento e cinquenta livros e periódicos impressos de 1808 a 1958, nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional.** Rio de Janeiro, 1958. 1 v.
8. ———. **Relação de obras.** Rio de Janeiro, 1963. 40 p.
9. CABRAL, Alfredo do Vale. **Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822.** Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1881. 339 p.
 ———. Suplemento, 1808/1831. **Anais da Biblioteca Nacional,** Rio de Janeiro, 73 : 109-115, 1953.
 ———. Suplemento, 1823/1831. **Anais da Biblioteca Nacional,** Rio de Janeiro, 75 : 37-108, 1953.
10. CONCEITO de documentação administrativa. **Revista do Serviço Público,** Rio de Janeiro, 3 (1) : 3-4, jul. 1944.
11. CORRÊA JR., M. Pio. Origens da documentação administrativa. **Revista do Serviço Público,** Rio de Janeiro, 4 (3) : 17-20, dez. 1951.
12. CUNHA, Lélia Galvão Caldas da. **Panorama da documentação em ciências sociais no Brasil.** Rio de Janeiro, 1965. 14 p. Trabalho apresentado na Reunião Latino-Americana de Documentação em Ciências Sociais, no Rio de Janeiro, 23/25 set. 1965.
13. DIREITOS autorais em co-edições. **Revista do Livro,** Rio de Janeiro, 9 (35) : 179-186, 4º trim., 1968. Anteprojeto da Câmara Brasileira do Livro estabelecendo normas para disciplinar a coprodução e co-edição por parte de órgãos do Governo e de editores particulares. Parecer do Conselheiro Pedro Calmon no Conselho Federal de Cultura. Parecer do Consultor-Geral da República, Adroaldo Mesquita da Costa. Parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Educação e Cultura, Guido Ivan de Carvalho.
14. FONSECA, Edson Nery da. Bibliografia brasileira corrente: evolução e estado atual do problema. **Ciência da Informação,** Rio de Janeiro, 1 (1) : 9-14, 1972.
15. ———. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. **Revista do Livro,** Rio de Janeiro, 5 (2) : 95-124, mar. 1957.
16. ———. Panorama da bibliografia brasileira corrente. **Handbook of Latin American Studies,** Gainesville, 23 : 401-406, 1961.
17. ———. Publicações oficiais, essas desconhecidas. **Correio Braziliense,** Brasília, 29 jan. 1971, Cad. cult., p. 6.
18. FREYRE, Gilberto. Publicações oficiais, essas desconhecidas. **O Cruzeiro,** Rio de Janeiro, 31 mar. 1951, p. 10.
19. HENRIQUES, Thais Caldeira. Banco de dados: conceito e organização. **Indústria & Produtividade,** Rio de Janeiro, 55 : 7-10, dez. 1972.
20. IDENTIFYING and acquiring federal government documents. **Law Library Journal,** Washington, 65 (4) : 415-442, Nov. 1972. Seminário sobre documentos oficiais da 65ª Reunião Anual da American Association of Law Libraries.

Conferencistas: Albert E. Eastman. Chief Administrative Officer, U. S. Government Printing Office James B. Adler. Publisher and Editor, Congressional Information Service; Charlotte B. Stillwell, Reference Librarian, Cook Country Law Library. Bibliografia: p. 428-442.

21. **A INFORMÁTICA será centralizada. O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 mar. 1973, p. 36.
22. **INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS. Publicações oficiais brasileiras**. Rio de Janeiro, IBBD, 1962. 24 p. Resposta ao questionário apresentado pelo Instituto Internacional de Ciências Administrativas.
23. **INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Catálogo de publicações, 1939-1973**. Brasília, 1974. 175p.
24. **LOMBARDI, Mary. Brazilian serial documents, a selective guide**. Indiana University Press, no prelo.
25. **MORAES, Rubens Borba de. Três livros sobre história do livro. Revista de Biblioteconomia de Brasília 1 (1) : 77-85, jan./jun. 1973.**
26. **NEVES, Angela Maria Crespo Queiroz, BORGES, Maria Alice Guimarães & BONIFÁCIO, Nelma Cavalcanti. Sistema de informações para o Ministério do Interior. Projeto SIPLAN. Revista de Biblioteconomia de Brasília 1 (2): 193-201, jul./dez. 1973.**
27. **PRADO, Flávia Rubens Acíoli. Apresentação de um sistema de controle de publicações governamentais: Um estudo do caso das publicações do IPEA. Subsídio para um Código Nacional de Publicações Oficiais**. Rio de Janeiro, IPEA, 1971.
28. **REIS VELOSO, João Paulo dos. Pronunciamento do Ministro do Planejamento na instalação do V Congresso Nacional de Processamento de Dados, a 16 de outubro de 1972**. Rio de Janeiro, 1972. 4 p.
29. **VIEIRA, José Anastácio. Atividades editoriais do SIA. IBBD Boletim Informativo, Rio de Janeiro, 1 (5) : 213-214, set./out. 1955.**
30. **WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. Processos de informação da administração. Revista do Serviço Público, Rio de Janeiro, 81 (2/3) : 201-224, nov./dez. 1958. Trabalho apresentado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas à Mesa-Redonda de Liège, realizada de 27 de junho a 3 de julho de 1958. Serviços de documentação brasileiros: estrutura, funcionamento, coordenação.**